


GUIA DE NATURALIZAÇÃO NO

Brasil





Naturalização é o processo pelo qual um indivíduo adquire a cidadania de um país diferente daquele em que nasceu. Geralmente, envolve a obtenção de direitos e responsabilidades equivalentes aos dos cidadãos nativos, como o direito de votar, o acesso a serviços sociais e a proteção do Estado. A naturalização requer o cumprimento de requisitos específicos, como tempo de residência no país de acolhimento, proficiência na língua oficial e conhecimento da cultura e dos valores do país. Esse processo tem como objetivo integrar os imigrantes na sociedade e fortalecer os laços de pertencimento e identidade com a nova nação.

1. **Residência Permanente:** Antes de iniciar o processo de naturalização, você geralmente deve residir legalmente no Brasil por um período contínuo de, no mínimo, quatro anos. Esse período pode ser reduzido para um mínimo de um ano em algumas situações especiais, como ter um cônjuge brasileiro ou ter filhos brasileiros.
2. **Conhecimento da Língua Portuguesa:** É necessário comprovar proficiência na língua portuguesa. Isso pode ser feito por meio de um exame de proficiência ou por meio de um certificado de conclusão de um curso de língua portuguesa reconhecido.
3. **Meios de Sustento:** É necessário comprovar que você tem meios de sustento adequados para viver no Brasil. Isso pode ser demonstrado por meio de documentos financeiros, como extratos bancários e comprovantes de renda.
4. **Documentos e Requisitos:** Para iniciar o processo de naturalização, você precisará apresentar vários documentos, como passaporte, certidões de nascimento e casamento, comprovante de residência, além de preencher formulários específicos. Também será necessário pagar as taxas correspondentes ao processo.
5. **Processo de Naturalização:** Após reunir todos os documentos necessários, você deve solicitar a naturalização junto à Polícia Federal do Brasil. O processo pode levar algum tempo para ser concluído, e é importante estar preparado para fornecer informações adicionais ou participar de entrevistas, se necessário.

LINK PARA SOLICITAÇÃO:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-naturalizacao>

Lembre-se de que o processo de naturalização pode variar dependendo de sua situação pessoal, como nacionalidade, estado civil, entre outros. É recomendável buscar orientação atualizada de fontes oficiais, como a Polícia Federal do Brasil ou um advogado especializado em imigração, para obter informações precisas e atualizadas sobre o processo de naturalização brasileira.

Este guia básico tem como objetivo fornecer uma visão geral do processo de naturalização no Brasil, mas é sempre importante obter informações atualizadas e específicas antes de iniciar qualquer processo legal.

COMO COMPROVAR A FLUÊNCIA NA LÍNGUA PORTUGUESA?

Para comprovar a comunicação em língua portuguesa durante o processo de naturalização no Brasil, geralmente é necessário passar por um exame de proficiência ou apresentar um certificado de conclusão de um curso reconhecido de língua portuguesa. Aqui estão algumas opções comuns para comprovar sua proficiência:

1. EXAME DE PROFICIÊNCIA: Existem vários exames de proficiência em língua portuguesa aceitos no Brasil, como o CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros) e o DEPLE (Diploma Elementar de Português Língua Estrangeira). Esses exames avaliam suas habilidades de compreensão oral, leitura, escrita e expressão oral em português.

2. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Se você concluiu um curso de língua portuguesa reconhecido, pode apresentar um certificado de conclusão como forma de comprovar sua proficiência. É importante que o curso seja realizado em uma instituição reconhecida e que o certificado seja emitido por ela.

3. DOCUMENTOS DE EDUCAÇÃO FORMAL: Em alguns casos, se você concluiu seus estudos em uma instituição de ensino brasileira ou em uma instituição estrangeira onde o português era o idioma principal de instrução, é possível apresentar documentos educacionais, como diplomas ou históricos escolares, como prova de sua habilidade na língua portuguesa.

É importante verificar os requisitos específicos estabelecidos pelas autoridades competentes no momento da solicitação da naturalização. Esses requisitos podem variar ao longo do tempo, por isso é essencial consultar fontes oficiais, como a Polícia Federal do Brasil ou o Ministério da Justiça, para obter informações atualizadas sobre os métodos aceitos para comprovação da comunicação em língua portuguesa durante o processo de naturalização.

TIPOS DE NATURALIZAÇÃO NO BRASIL

Naturalização Ordinária

Naturalização Ordinária é o processo de naturalização comum no Brasil, aplicável a estrangeiros que residem legalmente no país por um período mínimo de quatro anos, comprovam boa conduta e possuem meios de subsistência. Além disso, é necessário ter proficiência na língua portuguesa e conhecimento da história, da cultura e da organização política do Brasil. A Naturalização Ordinária é solicitada à Polícia Federal e está sujeita a análise e aprovação.

Naturalização Extraordinária

A Naturalização Extraordinária é uma forma de naturalização especial, que permite a cidadania brasileira em casos específicos, mesmo sem atender a todos os requisitos da Naturalização Ordinária. Alguns exemplos de situações que podem se qualificar para a Naturalização Extraordinária incluem ser filho de brasileiro, ter residência no Brasil há mais de um ano, ter prestado ou poder prestar relevantes serviços ao país, entre outros. Os requisitos e procedimentos para a Naturalização Extraordinária podem variar de acordo com cada caso, e a solicitação é feita ao Ministério da Justiça.

Naturalização Provisória

A Naturalização Provisória é concedida a estrangeiros que são reconhecidos como refugiados pelo governo brasileiro. Essa forma de naturalização é baseada em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e visa garantir direitos e proteção aos refugiados que encontraram abrigo no país. A Naturalização Provisória é solicitada ao Ministério da Justiça e está sujeita a análise e aprovação.

REQUISITOS

Naturalização Ordinária

- Residência legal no Brasil por um período mínimo de quatro anos.
- Comprovar boa conduta e idoneidade moral.
- Ter meios de subsistência para si e para a família.
- Proficiência na língua portuguesa.
- Conhecimento da história, da cultura e da organização política do Brasil.
- Não possuir condenações criminais.

Naturalização Extraordinária

- Ser filho de brasileiro.
- Ter residência no Brasil por mais de um ano.
- Ter prestado ou poder prestar relevantes serviços ao país.
- Ser cônjuge ou companheiro(a) de brasileiro(a) e ter filho em comum.
- Ter nascido no território brasileiro e estar apátrida.
- Ter sido adotado por brasileiros.

Naturalização Provisória

- Ser reconhecido como refugiado pelo governo brasileiro.
 - Ter residência no Brasil como refugiado por um determinado período estabelecido pelas leis de refúgio.
 - Cumprir os requisitos específicos determinados para a Naturalização Provisória.
-

COMO PASSAR DA NATURALIZAÇÃO PROVISÓRIA PARA NATURALIZAÇÃO DEFINITIVA:

No Brasil, o processo de transição da Naturalização Provisória para a Naturalização Definitiva está previsto na Lei nº 9.474/1997, que trata do Estatuto dos Refugiados. Aqui estão os principais passos para essa transição:

1. CUMPRIMENTO DO PERÍODO DE RESIDÊNCIA: O requerente deve residir legalmente no Brasil como refugiado por um determinado período estabelecido pela legislação. O período de residência pode variar, portanto, é importante verificar a legislação em vigor para obter informações precisas.

2. REQUERIMENTO À POLÍCIA FEDERAL: Após cumprir o período de residência exigido, o refugiado deve apresentar um requerimento à Polícia Federal solicitando a transição da Naturalização Provisória para a Naturalização Definitiva. O requerimento geralmente inclui a documentação comprobatória necessária.

3. ANÁLISE E AVALIAÇÃO: A Polícia Federal analisará o requerimento e realizará uma avaliação para verificar se o refugiado atende a todos os requisitos necessários para a concessão da Naturalização Definitiva. Isso pode incluir uma verificação de antecedentes criminais e uma avaliação dos vínculos estabelecidos com o país.

4. DECISÃO E CONCESSÃO: Se a Polícia Federal considerar que o requerente preenche todos os requisitos, será emitida uma decisão favorável concedendo a Naturalização Definitiva. Essa decisão será comunicada ao solicitante, geralmente por meio de um documento oficial.

Fonte utilizada: CARTILHA DE ORIENTAÇÃO SOBRE NATURALIZAÇÃO E NACIONALIDADE, DEFENSORIA PÚBLICA UNIÃO - DPU



 +55 11 98841-5321

 contato@panahgah.org
www.panahgah.org

 Av. Nove de Julho, 3575 - Sala 1913
19º andar - Jundiaí - SP - Brasil